



177

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0004024-38.2014.8.17.0000 (0333221-6)

COMARCA: Olinda – Tribunal do Júri
IMPETRANTE: Ivanilson da Silva Albuquerque
PACIENTE: Robson Feijó de Miranda
PROCURADORA: Drº. José Correia de Araújo
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O DECRETO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS NECESSÁRIOS À MEDIDA EXTREMA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I – Não há que se falar em ausência de justa causa para a decretação da custódia preventiva do paciente, uma vez que o magistrado singular demonstrou a sua necessidade, tendo em vista, principalmente, o *modus operandi* utilizado para a prática da conduta delituosa, estando baseado, portanto, na gravidade em concreto do crime. Assim, preenchidos os requisitos da prisão cautelar, mostra-se irrelevante a presença de condições pessoais favoráveis.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de **Habeas Corpus nº 0333221-6**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 18 de junho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



178

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0004024-38.2014.8.17.0000 (0333221-6)

COMARCA: Olinda – Tribunal do Júri
IMPETRANTE: Ivanilson da Silva Albuquerque
PACIENTE: Robson Feijó de Miranda
PROCURADOR: Drº. José Correia de Araújo
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado pelo Bel. Ivanilson da Silva Albuquerque, em favor de **Robson Feijó de Miranda**, qualificado às fls. 02, com fulcro no Art. 5º, LXVIII da Constituição Federal e nos Arts. 647 e seguintes do CPP, apontando como autoridade coatora o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE OLINDA/PE**, local em que o paciente responde à **Ação Penal nº 0011582-35.2013.8.17.0990** pela suposta prática dos delitos tipificados nos **Art. 121, §2º, II, III e IV, CP (Homicídio Triplamente Qualificado)** e no **Art. 244-B da Lei 8069/90 (Corrupção de Menores)**.

Em síntese, o impetrante alega que a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente é ilegal, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos previsto na legislação processual.

Nesse sentido, argumenta que o réu apresentou-se à polícia de forma espontânea e não possui antecedentes criminais, devendo ser concedida a liberdade provisória. À inicial foram anexados os documentos de fls. 11/123.

Em continuidade, o Des. Relator **indeferiu** o pedido liminar (fls. 130/131, ante a ausência dos pressupostos necessários à sua concessão, e **oficiou** ao M.M. Juízo singular para que prestasse informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fl. 133).

À fl. 139, as referidas informações foram prestadas pelo magistrado, o qual ainda acostou a documentação constante às fls. 140/169.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Drº. José Correia de Araújo, pronunciou-se pela **denegação** da ordem (fl. 172/173).

É o relatório


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



179

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0004024-38.2014.8.17.0000 (0333221-6)

COMARCA: Olinda – Tribunal do Júri
IMPETRANTE: Ivanilson da Silva Albuquerque
PACIENTE: Robson Feijó de Miranda
PROCURADOR: Drº. José Correia de Araújo
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, mediante o qual se pugna pela concessão da Liberdade Provisória, sob a argumentação de que não estariam preenchidos os requisitos necessários à custódia cautelar do paciente.

De acordo com a Denúncia (fls. 12/16), no dia 28 de novembro de 2012, aproximadamente às 09h00m, na Rua 18 de fevereiro, nas proximidades do imóvel nº 332 (em frente à Escola Municipal Alto da Macaíba), Águas Compridas, Olinda/PE, o Denunciado, agindo em manifesto dolo homicida, com notória premeditação e em coautoria com o adolescente E.D.S., fazendo uso de instrumento perfuro-cortante materializado em um espeto, por motivo fútil, com emprego de meio cruel e sem oferecer possibilidade de defesa, matou a vítima RICARDO OLIVEIRA ROCHA com golpes em sua região torácica. Em seguida, em meio ao tumulto formado no local, empreendeu fuga.

Narra a inicial acusatória que acusado e vítima eram pessoa conhecidas entre si e a premeditação do crime decorreria de divergências ocorridas no âmbito familiar. Assim, após corromper o adolescente acima identificado, ambos se dirigiram ao local em que a vítima se encontrava, provocaram uma discussão e desferiram golpes de capacete no ofendido. Após derrubarem-no, desferiram os golpes fatais com a utilização do instrumento acima descrito.

Analiso.

Transcrevo, de logo, trecho da decisão que decretou a custódia cautelar do réu (fls. 145/146):

"A prisão preventiva, como medida de constrição provisória e cautelar, encontra-se com nova disciplina legal, com o advento da Lei 12403/11. Atualmente, para a decretação deste instituto, há de se respeitar sua nova natureza subsidiária (art. 282, §6º,



190

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

CPP), além de estarem presentes os seus pressupostos e fundamentos (art. 312, CPP) e, também, seus requisitos de admissibilidade (Art. 313, CPP).

Hoje, para se decretar a prisão preventiva, há de se, primeiro, aferir se não seria mais adequada ou necessária a decretação de alguma/algumas das medidas cautelares diversas da prisão (Arts. 282 e 319, CPP).

Deste modo, com relação ao denunciado **ROBSON FEIJÓ DE MIRANDA**, a gravidade do crime externada não apenas pela sua natureza, mas também pelo *modus operandi* do agente não permite que outras medidas sejam determinadas no lugar da prisão, preenchendo-se, destarte, a supletividade da segregação cautelar imposta pelo Art. 282, §6º do CPP.

Quanto à admissibilidade da prisão preventiva, a mesma encontra-se perfeitamente emoldurada na hipótese do inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal, haja vista estarmos tratando de, em tese, crime doloso punido com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos.

Com relação a seus pressupostos (*periculum in mora*), observo que estão presentes neste caso concreto, indícios de autoria e a prova da materialidade também se encontra consubstanciada nos autos. Quanto aos fundamentos (*fumus boni iuris*), a aplicação desta medida cautelar ganha corpo, visto que se mostra necessária garantir a aplicação da Lei Penal, no tocante ao denunciado. A medida, ainda, se faz necessária como medida de conveniência - exigência - da instrução criminal e de garantia da ordem pública, haja vista notícias trazidas aos autos de que o denunciado apresenta conduta bastante perigosa." (grifei)

Percebe-se que o *decisum* preenche as condições previstas na legislação processual penal, restando demonstrados os pressupostos e requisitos da medida extrema, não havendo ilegalidade no decreto constitutivo. A esse respeito, observo que a prisão está fundamentada, principalmente, na gravidade em concreto do crime, evidenciada a partir do *modus operandi* do agente; e da garantia da ordem pública, uma vez que o réu seria pessoa de comportamento perigoso, buscando-se evitar a prática de novos delitos.

Portanto, estando presentes os fundamentos legais da prisão preventiva, mostra-se irrelevante o preenchimento de algumas condições pessoais favoráveis, tal como a residência fixa, devendo ser mantida a medida mais gravosa.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
 Terceira Câmara Criminal

Pelo exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife/PE, 18 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
 Relator Substituto